

A História como possibilidade: trajetórias, afetos e resistências na história oral¹

Entrevista com Marta Rovai

Robson Laverdi*

<https://orcid.org/0000-0003-1024-9363>

Alessandra Izabel de Carvalho**

<http://orcid.org/0000-0003-2086-5987>

Marta Gouveia de Oliveira Rovai***

<https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>

Marta Rovai é historiadora, com formação pela PUC-SP, USP e UFF, e uma trajetória significativa nos campos da História oral e estudos de gênero. Sua atuação em núcleos como o NEHO-USP (Núcleo de Estudos em História Oral), o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade e o Grupo AMHOR (Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIAPN+ no sul de Minas) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) tem contribuído para importantes debates sobre memória, gênero e resistência. Sua pesquisa se destaca pelo compromisso com a escuta sensível e com a valorização de vozes historicamente silenciadas, mas não silenciosas, especialmente de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+² e grupos marginalizados.

Em outubro de 2024, Marta Rovai participou do IV Colóquio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH-UEPG), cujo tema foi “Conhecimento histórico e resistência: público sensível e autônomo”. Sua conferência de encerramento, realizada no Museu Campos Gerais, impactou profundamente a audiência ao abordar a importância do

*Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: robson_laverdi@uepg.br

**Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: alessandra@uepg.br

***Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta da Universidade Federal de Alfenas, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, direitos e outras legitimidades da Universidade de São Paulo. E-mail: marta.rovai@unifal-mg.edu.br

¹ Entrevista realizada por Alessandra Izabel de Carvalho e Robson Laverdi em 11 de novembro de 2024.

² A sigla LGBTQIAPN+ se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binárias.

afeto na prática historiográfica e o reconhecimento da diferença como elemento constitutivo das relações sociais e da própria produção do conhecimento histórico.

Nesta entrevista, realizada para a Revista de História Regional do PPGH-UEPG, ela compartilha reflexões sobre sua trajetória acadêmica e profissional, suas experiências com história oral e seu entendimento sobre o papel do historiador e da historiadora na sociedade contemporânea. Entre os temas abordados estão a relação entre docência e pesquisa, o compromisso com a história pública, as intersecções entre gênero, classe e raça, e a importância da dimensão afetiva na produção do conhecimento histórico.

Robson Laverdi: Você possui uma formação que consideramos sólida, em instituições de destaque como USP e UFF, além de atuar em núcleos de grande expressão como o NEHO e o Núcleo de Estudo de Gênero e Sexualidade da UNIFAL, além do grupo AMHOR. Conte-nos um pouco sobre os principais momentos ou influências que orientaram suas escolhas temáticas e institucionais, especialmente no campo da história oral e história das relações de gênero.

Marta Rovai: É uma pergunta bem ampla. A história oral tem dois momentos na minha vida. O primeiro é quando ainda estava na graduação. Sou formada pela PUC-São Paulo, que na década de 80 não tinha uma tradição em História oral – fiz a PUC entre 1984 e 87. No terceiro ano do curso comecei a dar aula numa escola pública de Osasco-SP e fiquei muito impactada quando alguns operários entraram na escola em que dava aula para falar de uma greve – a greve de Osasco de 1968 – que eu desconhecia completamente. Desconhecia tanto a história oral quanto a greve, sendo uma moradora de Osasco! A fala deles me revelava a história de uma greve que eu desconhecia e uma imagem da cidade onde morava que também não conhecia. Osasco sempre foi retratada no imaginário popular como a “cidade do crime”; isso nos anos 1970 e 1980, mas naquele momento aqueles trabalhadores me mostravam Osasco como uma cidade de luta, de resistência contra a ditadura militar. Ali, sem ter lido nada sobre história oral, eu desejei entrevistar aquelas pessoas; queria registrar a história delas. Fui entrevistar essas pessoas em 1987 e lembro que na universidade houve uma resistência muito grande! Não tínhamos um orientador específico – eram três professoras que orientavam todo mundo em uma disciplina de pesquisa. Elas resistiram muito, dizendo que eu teria muita dificuldade, que história oral não era uma boa metodologia, que a fonte oral não era uma boa fonte. Mas fiz mesmo assim, com poucas leituras disponíveis na época, tanto sobre a greve como sobre história oral... Depois

disso, minha prioridade foi dar aula na educação básica e compartilhar com os alunos e alunas aquela história dos operários. Achava um absurdo que sendo moradores da cidade de Osasco desconhecêssemos aquela greve e seu significado!... Demorei para ingressar no mestrado, e quando entrei, em 1996, meu tema de pesquisa não teve nada a ver com história oral – fui trabalhar com Getúlio Vargas, com a organização da juventude no governo Vargas. Mas sempre é importante dizer que o que me orientou para as pesquisas que fiz foi a sala de aula na Educação Básica. Não vejo essa separação entre docência e pesquisa, mas a docência veio primeiro na minha vida e foi ela que orientou minha pesquisa. Em 1992, um colega, um historiador da Educação Básica chamado José Eduardo Paes, me disse: “Leia este livro *Canto de Morte Kaiowá*, do Professor José Carlos Sebe. Você vai conhecer um trabalho incrível!³ Ali foi minha primeira leitura sobre história oral. Fiquei impactada com aquelas narrativas do povo kaiowá, digerindo aquele conteúdo difícil sobre jovens que se suicidavam. Fui aprendendo um pouco mais sobre a importância da história oral e seu valor social... Em 2005, voltei a entrevistar os ex-operários de Osasco, não mais com a ideia de um trabalho acadêmico, mas no sentido de produzir um documentário sobre eles a convite de um colega cineasta, Rui de Souza. Os encontros com ex-sindicalistas, trabalhadores de fábricas da Cobrasma e Cobraseixos, muitos deles que se tornaram guerrilheiros em 1968 e 1969, fez nascer meu projeto de doutorado sobre a greve, agora com maior conhecimento sobre história oral. Em 2007 fiz um curso no NEHO, da USP, e conheci o professor Sebe e, mais tarde, a professora Eclea Bosi. Fiquei encantada com as possibilidades da história oral! Desejei ouvir novamente aquelas pessoas, mas não mais sobre a história da greve contada pelos grevistas – agora me interessava a memória que eles produziam depois de tantos anos. Porque havia comemorações na cidade pelo sindicato, e eu queria entender essa memória em torno da qual havia um esforço de perpetuação. Ouvi trabalhadores como José Groff, Inácio Gurgel, Antônio Cândido, que foram da Comissão dos Dez na fábrica da Cobrasma e eram ligados às Comissões Eclesiais de Base nos anos 60; e José Ibrahim, Roberto Espinosa e Roque Aparecido, estudantes-operários que pegaram em armas, fazendo parte da Vanguarda Popular Revolucionária, liderada por Carlos Lamarca. Mas naquelas entrevistas, comecei a perceber algumas ausências, que eram as mulheres que não estavam presentes nas narrativas masculinas. Eu me perguntava onde estavam as operárias naquela greve. Daí, então, me propus a ouvir mulheres – foi este meu doutorado, a memória de homens e mulheres, percebendo as narrativas a partir de gênero.

³ Meihy, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

Mas hoje, se voltasse à tese, faria outra discussão, com certeza. A gente sempre faz, mas seria uma discussão muito mais voltada às questões de gênero e raça mesmo. Não toquei na questão de raça na tese, e não me atentei para a presença de apenas duas pessoas negras entre as pessoas entrevistadas. Hoje, embora seja uma mulher branca, a questão de raça, até pela percepção de minha branquitude, me instiga para essas discussões. Depois da defesa, em 2012, fui para o Piauí, onde trabalhei com pescadores e pescadoras do Delta do Rio Parnaíba. Mudei novamente, fui para a questão do patrimônio, estimulada por um convite de pós-doc, no qual fui ouvir as histórias da população ribeirinha. Uma vez, prestando um concurso na Unicamp, na entrevista os professores me questionavam: “Por que você vai para tanto lugar? Por que não fica numa coisa só?”... Porque trabalhar com gente é isso! São muitas vozes e histórias que nos chamam!... No Piauí foram os pescadores e pescadoras, e quando passei no concurso para professor na UNIFAL, em 2013, vim trabalhar com os congadeiros e congadeiras na região do sul de Minas Gerais. Aí a questão de raça ficou muito mais forte para mim! Aquelas pessoas me falavam não apenas sobre o racismo, mas sobre sua ancestralidade, sua força!... E, enfim, acabei hoje nessa nova empreitada, nessa nova caminhada com a comunidade LGBTQIAPN+, ainda no Sul-mineiro. Porque ao chegar em Minas Gerais, onde se encontra a Universidade Federal de Alfenas, me impressionou também a grande comunidade de estudantes LGBTs, e recebi um convite da própria comunidade para registrar sua história. Então, a partir de 2016, venho trabalhando com essa população, que cada vez mais me afeta como pessoa cisgênera e hétero. Parece que, em todo esse processo, é o lugar em que eu precisava estar! Como mulher branca, como pessoa cis e hétero, como pessoa urbana; era nesses lugares que precisava me descobrir e perceber como poderia contribuir fazendo uso da história oral!

Alessandra Izabel de Carvalho: Tem a ver com isso que você estava falando agora. Como sua atuação no Núcleo de História oral, no Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero e Sexualidade e no Grupo AMHOR influenciaram suas abordagens metodológicas? Existe algum momento em sua trajetória que tenha transformado sua forma de trabalhar com a inscrição de vozes no campo da história oral?

Marta Rovai: Então, minha entrada no Núcleo de História Oral da USP, em 2007, foi fundamental! Até então entendia que fazer história oral era entrevistar pessoas. Quando volto lá para o ano de 1987, quando fiz minha monografia da graduação na PUC, o que eu queria era arrancar informações daquelas pessoas, e achava que a narrativa delas me ajudaria a compreender os fatos.

Esta era a minha grande preocupação, talvez porque quisesse saber de uma história sobre a minha cidade que desconhecia... Quando entrei no Núcleo de História Oral, o professor Sebe, que se tornou meu orientador, me mostrou uma postura no sentido de trabalhar com as memórias, com as subjetividades e com as comunidades de afeto e de sentido. Isso era novo para mim e me encantou! E ele nos dizia sempre: “Vamos fazer o que ninguém está fazendo”. E essa preocupação com a delicadeza da voz e a responsabilidade pela palavra foi o que acabei chamando de escuta sensível. Eu não inventei isso, é óbvio que foi um aprendizado. O professor Sebe já falava disso, da necessidade de uma escuta para entender as mensagens, as intencionalidades, as não intencionalidades. Ele hoje ainda fala dos sonhos, que é preciso que a história oral também pense naquilo que não está explicitado, naquilo que as pessoas sonham, projetam. Então, fui entendendo que trabalhar com história oral não era trabalhar exatamente com fatos, mas com memórias sobre fatos, desejos sobre fatos, perspectivas, projeções, disputas. E o NEHO tinha – eu digo no passado porque o NEHO infelizmente não existe mais a partir da aposentadoria dele; mas existem os neohistas, podemos dizer assim – uma preocupação diferente de outras instituições. Por exemplo, o CPDOC estava preocupado em construir um grande acervo de grandes instituições, de personalidades brasileiras ligadas à política brasileira, a empresas brasileiras. O NEHO sempre caminhava pelo que hoje a gente chama de margens. O grupo produziu uma grande quantidade de trabalhos com prostitutas, prisioneiros, torturados, operários, guerrilheiros, com mulheres negras, albinos, com a comunidade LGBT, com trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas... E ali eu fui percebendo a grandiosidade que era trabalhar com história oral, o quanto isso era amplo, e como envolvia a perspectiva da história pública! Hoje a gente discute história pública, mas a primeira pessoa que ouvi falar da história oral enquanto história pública foi o professor Sebe no Núcleo de História Oral e no seu livro *Canto de morte Caiowá*. Na época, quando íamos para os eventos, éramos chamados de “os populistas”. Eu lembro que falavam: “Chegaram os literários” ou “Chegaram os populistas”, porque essa dimensão de você fazer a escuta de grupos periféricos e a chamada devolução social era considerada por muitos colegas, mesmo dentro da Universidade de São Paulo – e acho que ainda hoje uma boa parte pensa assim – como algo que quebrava preceitos acadêmicos científicos. Nós não debatíamos ainda questões de gênero – elas foram chegando... Por algumas pessoas que se fizeram presentes no NEHO, as questões étnico-raciais também foram se ampliando. As questões de gênero, para mim, foram colocadas depois, pois embora discutisse questões de gênero na minha

tese, elas eram marcadas pelas branquitude e pela cisheteronormatividade. Eu acho que elas me afetaram mesmo quando fui trabalhar na UNIFAL e percebi essas comunidades de mulheridades e feminilidades diversas; quando elas me atravessam e me fazem ampliar o repertório de leitura e de militância feminista. Quando descubro as ausências em minha própria formação como professora e pesquisadora. Começo a perceber que as classes sociais tinham cor, raça, gênero, desejo... E percebi que isso ainda faltava dentro da universidade! O quanto os nossos currículos eram currículos masculinos, héteros, brancos e engessados. E como isso tinha efeitos sobre as relações na sala de aula, nas pesquisas e na estrutura da própria universidade. E eu, então, comecei a perceber que era preciso discutir, porque esses corpos dissidentes da matriz branca e cisnormativa estavam na universidade, mas estavam sendo ignorados nos currículos, estavam sendo ignorados nas pesquisas, na extensão. E durante muito tempo havia sido parte disso!... Preciso dizer algo importante: antes de entrar na universidade, quem me afeta com as questões de gênero e de raça são estudantes da Educação Básica! Mesmo quando ainda não tinha leituras teóricas sobre isso. É importante que eu diga!... Novamente volto àquele lugar, o lugar da sala de aula onde comecei nos anos 1980... É o que primeiro impacta, quando começo a perceber estudantes LGBTs, meninas que sofrem violência, meninos e meninas negras, com suas histórias ignoradas pela escola. Começo a perceber que afirmar que “todos são iguais” não bastava... Assim, sempre conto uma história para os estudantes de um momento muito triste que a gente vivenciou numa escola pública: a morte de uma estudante negra, que era daquela sala de aula, no segundo ano noturno do Ensino Médio, em Osasco. Ela havia sido assassinada e encontrada dentro de um grande cano de fornecimento de água da Sabesp... Naquela mesma semana houve a história de uma menina branca assassinada no Alphaville, que é um bairro muito rico de São Paulo. O assassinato dessa menina rica saiu na primeira capa da revista *Veja*. Eu lembro que entrei em sala de aula, numa noite, e essa mesma sala de aula em que a menina negra havia morrido de forma trágica, os e as estudantes estavam chorando pela menina branca que estava estampada na revista *Veja*. E a fala deles e delas era assim: “Professora, você viu? Tão bonita...” E nós começamos a discutir o que era ser bonita e qual era o valor do luto. “Então, aquela menina, amiga de vocês, que acabou de morrer, negra, ela não merece o seu choro porque ela é negra? E por ser negra, ela não é bonita?!” ... Me recordo, ainda, quando Airton Sena morreu e todo mundo chorava por ele; e que enquanto as pessoas acenavam com lenços brancos nas ruas e viadutos, uma mulher, empregada doméstica, negra e grávida, foi

atropelada e só foi reconhecida pelo dedo polegar, porque ninguém parou para socorrê-la... E eu perguntava aos alunos e às alunas a razão de chorarmos a morte de um homem branco e rico, tão longe de suas experiências, e não lamentarmos a morte daquela mulher de periferia, tão mais próxima de suas existências... Então, essas coisas começaram a me afetar: quais são as vidas que merecem o luto, como trata hoje Judith Butler⁴. Como é que eu, durante tanto tempo professora da Educação Básica, estava cega diante dessas questões em sala de aula? Por que elas demoraram tanto para me tocarem enquanto eu discutia questões de classe?! Então, acho que são esses atravessamentos que me levam para a teoria, para compreender essas interseccionalidades. Obviamente que depois isso se mistura, mas considero que são essas questões da vivência com a diferença – e uma diferença atravessada pela desigualdade – que me levaram a pensar os núcleos dos quais fiz parte, posteriormente, já como docente universitária. E os núcleos me deram embasamento teórico para aquilo que eu pensava enquanto experiência. Meu primeiro grupo foi o NEHO, mas foi na UNIFAL que participei do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade, e foi quando essas questões ficaram mais fortes em minha pesquisa. Ele teve duração breve, pois o professor coordenador acabou indo embora para outra instituição. Então, durante a pandemia, criei um grupo que reunia pessoas de vários cursos para discutir as questões de gênero, que se chamava Gênero, diversidade e afeto. Era um grupo de estudos, mas ao mesmo tempo de acolhimento. Na verdade, foi um pedido de alunos da Medicina, não foi da História. A gente criou um grupo que tinha estudantes da Odonto, da Medicina, das Ciências Sociais, da Pedagogia, da Geografia, da História, da Biotecnologia, preocupados com as fragilidades dos corpos e as ausências nos currículos quanto à preocupação com vidas consideradas dissidentes. Esse grupo se encontrava toda semana – na pandemia foi um grupo fortíssimo, durante dois anos – trazendo profissionais de várias universidades e de várias ONGs que trabalhavam com a comunidade LGBTQIAPN+. Nossa, isso foi muito forte para mim, perceber que esta temática passava por vários campos de conhecimento e que era possível nos congregarmos em torno de questões em comum! E a perspectiva, então, da necessidade de uma discussão inter e multidisciplinar levou, depois da pandemia, à criação do AMHOR⁵, que é o grupo que coordeno hoje. A ideia é a formação de um acervo virtual de documentos

⁴ Butler, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. São Paulo: Autêntica, 2004.

⁵ O Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIAPN+ no sul de Minas é um grupo de pesquisa e extensão que organiza um acervo virtual, levanta e produz fontes, trabalha com história oral, realiza estudos e ações em Alfenas e cidades da região junto à comunidade e a escolas públicas.

relativos aos corpos e histórias dissidentes; mas, mais do que isso, a gente tem criado várias ações de divulgação e debate histórico, na perspectiva da história pública; e este grupo, que é muito ativo e sensível, reúne ainda pessoas de vários cursos e membros da comunidade interna e externa, acolhendo uns aos outros. Organizamos exposições no museu, e realizamos uma exposição em praça pública junto à defensoria pública quando da campanha de retificação de nomes para pessoas trans. E também escrevemos, coletivamente, um livro sobre o Movimento Gay de Alfenas (MGA)⁶.

Robson Laverdi: Você tocou bastante nesse aspecto da sua trajetória de como ser professora do ensino fundamental tornou-se um motor de sua subjetividade, digamos, onde você de alguma forma se encontrou com essas demandas todas. Como isso impacta a vida acadêmica, a produção científica na área da História, a sua relação com os campos transdisciplinares? Fale um pouquinho para nós como é sua experiência pessoal, como você transfere, modula, produz a partir dessa conversa com a sua experiência pessoal? Como as suas escolhas de pesquisa e a sua subjetividade foram transformando você como é hoje, como pesquisadora, como historiadora, como mobilizadora?

Marta Rovai: Outra pergunta difícil... Então, fui formada em uma universidade maravilhosa que é a PUC de São Paulo. Entrei na PUC em 1984, o ano das “Diretas Já”. Sou fruto de uma educação da ditadura militar, embora já no final, na questão da redemocratização. Eu entrei na universidade sem saber o que era ditadura, até porque não era possível falar dela!... Recordo que uma das minhas professoras de História, que se chamava Susan, no terceiro ano do Ensino Médio, discutia as ditaduras da América Latina. Isso entre os anos 1981 e 1983... Ela proporcionou pra gente, como estudantes, aprender sobre a ditadura da Argentina, as guerrilhas da América Central, mas não falava do Brasil – ela ficava rodeando... Eu fico pensando como ela tentou apresentar a ditadura por outros caminhos. E aquilo me encantou e me levou para a História; mas não sabia o que era ditadura militar, pois estava imersa nela! Quando cheguei na universidade, duas coisas me marcaram na PUC de São Paulo: primeiro, a campanha das “Diretas Já”, que depois fui participar lá no Vale do Anhangabaú. Eu nunca militei no movimento estudantil, sempre militei no movimento sindical – é interessante que o movimento estudantil nunca me seduziu. Porque começo a dar aula no terceiro ano da faculdade, com 20 anos, e logo fui para o sindicato, a Apeesp. Mas eu lembro daquela coisa enlouquecida da PUC, do movimento estudantil ativo, e depois, quando

⁶ Rovai, Marta G. O. *Celebrando o orgulho: 24 anos de lutas e conquistas do Movimento Gay de Alfenas*. Teresina: Cancioneiro, 2024.

as “Diretas Já” não passaram, me recorro da imagem: a PUC toda coberta de panos pretos; os estudantes cobriram os prédios todos de preto... E não havia uma disciplina que tratasse da ditadura na universidade. Quem foi dar a disciplina foi um professor que dava EPB [Estudos de Problemas Brasileiros] – ele transformou o currículo em discussões sobre a ditadura. E ali fui impactada pela aula do Professor Lúcio e, logo em seguida, pela visita daqueles operários em Osasco na escola. Então, isso tudo me levou para uma relação com as questões da ditadura militar muito forte, desmontando todos os meus preconceitos! E eu levei isso para sala de aula sempre – o impacto que isso me produz, objetivamente, imediatamente, quando me sinto impactada, a primeira coisa que penso é: eu preciso compartilhar isso! Sempre foi uma postura. Eu preciso – não tem aquela coisa, assim, de quando você vê uma coisa muito bonita e pensa: “Ai, e se fulano estivesse aqui?”, porque o belo é tão belo que a gente não pode viver o belo sozinho; quer dividir! E considero que a questão da descoberta também – quando a gente se encanta com a descoberta, imagina: “Meu Deus, não posso descobrir isso sozinho!”... Descobrir no sentido de desacordar, nós vamos contar isso para todo mundo! Eu quero que todo mundo tenha esse impacto que tive. Então, imediatamente levo isso para sala de aula, querendo compartilhar. E costumo dizer para os estudantes; transformo num mantra um pouco aquilo que o professor Sebe fazia e falava: “Vamos fazer o que ninguém tá fazendo”. Assim, se ninguém estava falando ditadura, nós íamos falar! E aquilo se tornou para mim uma grande temática dentro da sala de aula. E na medida em que fui sendo impactada por essas questões da ditadura e, depois, de gênero e raça – é interessante que sou uma mulher cis hétero e branca, mas me impactam demais as questões LGBTs e de raça! Os alunos e as alunas me chamam, brincando, de “a mãe das gays”, mas porque, quando eu percebo isso em sala de aula, a questão da exclusão, vou ficando muito indignada, porque conheci estudantes indignados com a escola e com a universidade. E aí fui transformando isso em conteúdos a serem debatidos em sala de aula e nas pesquisas que oriento. Isso tudo foi entrando no meu currículo na Educação Básica, foi entrando no meu currículo na universidade, porque sempre pensei que a gente não pode se omitir diante das violências que estão acontecendo em sala de aula e na sociedade em que estamos. Começo um dos meus livros falando, por exemplo, da visão que eu tinha das pessoas LGBTQIAPN+; uma visão salvacionista que vinha da minha família muito cristã, aquela ideia de “Coitados, vamos rezar por eles”. Nos anos 80, como menina, compartilhava dessa imagem, assim como tinha certa imagem dos corpos trans, em especial na figura da Thelma Lipp e da Roberta Close, que povoavam

a minha infância vendo o Chacrinha, o Silvio Santos. Um corpo objetificado sobre o qual eu tinha aprendido a pensar: “Coitadas, elas são doentes, precisam ser tratadas, precisam ir para uma igreja”. Só que ao me tornar professora, a partir de 1987, essas pessoas foram entrando na minha vida, foram ocupando espaços onde eu estava e me questionavam, enfrentavam o modelo de escola que durante anos ajudei a criar. Me lembro do Matheus, que hoje é um advogado, que vinha para as aulas com as unhas pintadas. Era um aluno do terceiro ano do Ensino Médio, já nos anos 2000, que não tinha vergonha de exteriorizar a sua homossexualidade. E isso incomodava o corpo docente, por sua postura “atrapalhar as aulas”... E veja como somos formados pelas tecnologias de gênero binárias e tendemos a reproduzi-las... Eu fui falar com ele: “Matheus, por que você pinta as unhas? Você atrapalha a aula”, reproduzindo um discurso cisheteronormativo na escola. E ele me disse: “Onde atrapalho a aula, Martinha? Quais são as minhas notas? Que notas eu tenho? Não participo da sua aula? Não leio tudo que você pede? Martinha, as minhas unhas são minha felicidade! O problema é seu, o problema é dos professores. Vocês que se resolvam!”. E isso foi ótimo!! Precisamos ser chacoalhados pelas existências diversas!... E comecei a perceber como essas coisas podiam me rasgar – quando eu digo que a gente se rasga por dentro, elas vão nos fazendo refletir sobre as violências com as quais contribuímos com a nossa “boa vontade”, com nossa alegria, mas que são violências que não percebemos fazer! E depois, quando fui trabalhar com os pescadores, em 2013, descobri, ainda, que o meu doutorado não significaria nada diante daquele conhecimento todo, daquelas pessoas, se eu não pudesse dialogar e aprender com elas. Assim, aos poucos fui aprendendo que àquilo tudo tinha sido dado alguns nomes – o que o professor Sebe chamava de colaboração, e o historiador Michael Frisch conceituou como “autoridade compartilhada”⁷ –, esse posicionamento de troca entre a *expertise* e a experiência, que são coisas que a gente vai vivenciando. E que tudo isso implicava numa escuta sensível, contínua, capaz de nos transformar, e que ela não se dava apenas no momento de uma pesquisa em história oral: estava no ensino, nas relações com a comunidade, na vida! As práticas existem antes das nomeações. A Academia nomeia, mas as relações são construídas pelas gentes diversas que encontramos no caminho. As gentes nos ensinam. Depois a Academia quer enquadrar para explicar, o que é importante, claro;

⁷ Frisch afirma que historiadores não são mais os únicos intérpretes, autores e autoridades, pois no trabalho com história oral é fundamental o diálogo e o reconhecimento de saberes diversos. Frisch, Michael. A história pública não é uma via de mão única: De Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: Mauad, Ana M.; Almeida, Juniele R.; Santhiago, Ricardo. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

mas também precisa se apoderar, muitas vezes, daquilo para tornar inteligível muitas coisas que nem sempre acontecem para ser inteligíveis, racionalistas – são apenas para sentir, só para viver, só para experienciar!... Nesse sentido, sempre voltei muito impactada diante das histórias narradas pelas pessoas com quem pude dialogar nas minhas aulas e nas pesquisas que desenvolvi. No caso dos pescadores e pescadoras, por exemplo, tendo a oportunidade de conhecer a relação que tinham com a natureza, com o mundo, com tudo aquilo que eles queriam dizer para Academia no sentido de cobrar dela atitudes mais democráticas e dialógicas. Aprendi que a história oral não é apenas uma metodologia, como já dizia o professor Sebe. Ela pode ser um projeto, uma postura política, um compromisso com a história pública, e com novas epistemologias, sujeitos e sujeitas. Sua razão pode não nascer na Academia, pois embora possamos organizar e sistematizar o conhecimento, o desejo de falar, de compartilhar, o desejo de tornar aquela vivência um conhecimento compartilhado, público, vem daquelas pessoas que muitas vezes passamos ignorando, que chamamos de oprimidos, de os “de baixo” para poder inseri-los em debates teóricos. Elas nos chamam, nos cobram, propõem parcerias... E aí, quando você está diante delas, percebe a grandiosidade de se dispor a escutar e de ser escutado... É isso que ocorre, também, quando venho para UNIFAL, sempre sobre a perspectiva da história oral, do NEHO, e ouço as pessoas da comunidade LGBT; percebo o quanto elas que vão me afetando profundamente, também me analisando... A universidade com aqueles corpos dissidentes da cisheteronormatividade (padrão de minha própria existência), as meninas travestis dizendo para mim: “Professora, você não está falando de nós. Falar do Movimento Gay de Alfenas não é falar de nossos corpos. Você está contribuindo para silenciar a gente!”. Ou a operária lá de Osasco, negra, que me disse: “Professora, a senhora está falando de luta de classes, mas a senhora não está falando de luta na classe. Cadê as mulheres, professora? Cadê a raça, professora?”... Hoje trabalho como docente colaboradora na USP e oriento oito mulheres negras na Pós-Graduação. E essas oito mulheres negras me dizem quando estou sendo, não diria racista – elas não dizem assim – mas elas dizem: “Professora, a branquitude da academia tá funcionando aí”. E a gente começa a perceber a nossa formação repleta de buracos e com marcas do sistema racista, sexista, lgbtofóbico, classista. Então, orientar essas mulheres negras – que não são meninas, já são mulheres – tem me impactado demais, tem me levado para outras leituras, tem me levado para outras formas de pesquisa, e tem me feito me enfrentar! Descubro sempre que ao perceber no mundo gente diferente de mim, eu comecei a me perceber. Até então era

“ouvir o outro”, “aprender o outro”, “explicar o outro”. Ao interagir com as comunidades tão diferentes comecei a me explicar, a explicar a sociedade na qual me insiro, a branquitude, a cisgeneridade, a heteronormatividade da Academia. Eu tenho pensado muito no que sou, no quanto contribuí como opressão, e no que posso ainda desconstruir enquanto mulher, como docente, enquanto pesquisadora na sala de aula, fora dela, muito mais rasgada pelas palavras do outro, da outra, que se narra e que também me narra. Uma das minhas ex-orientandas da USP, que defendeu o mestrado, Fernanda Gomes, uma mulher negra e lésbica, sempre me diz assim: “Professora, detesto quando pessoa branca vem para mim e diz assim ‘o que posso fazer para ajudar? O que posso fazer para contribuir?’... A branquitude tem que fazer seus corres! O problema é de vocês! Vocês criaram um problema, vocês que resolvam”. E eu acho que é isso, mas cada vez mais descubro que nós, a branquitude, temos que fazer os corres mesmo e descobrir os caminhos da nossa contribuição, criando parcerias e confluências, desconstruindo as violências que ajudamos a construir. E a Academia, para mim, é um desses espaços da nossa contribuição, mas que não é mais de uma contribuição canônica. Ela exige rupturas, exige confrontos, inclusive com o que somos.

Alessandra Izabel de Carvalho: Perfeito, Marta. Se a gente tivesse combinado, não daria tão certo os nossos ganchos. Gostaríamos de ouvir agora um pouco mais sobre a sua produção intelectual. A história oral inscreve a voz de outras pessoas, respeitando suas subjetividades e experiências. Em sua trajetória, você lidou com memórias sensíveis, como as de militantes da ditadura militar e estudantes LGBTQIAPN+. Como essa responsabilidade afeta suas escolhas metodológicas e teóricas no tratamento de tais memórias?

Marta Rovai: Então, como falei antes, quando comecei na graduação, em 1987, pensava que estava fazendo história oral, pois achava que era fazer entrevistas. Lembro, também, de uma experiência em sala de aula, em uma escola pública de São Paulo, quando li *Canto de Morte, em 1992*. Eu pensei: “Vou fazer história oral na sala de aula”. A prefeitura de São Paulo estava com a Luísa Erundina e eu dava aula numa escola de periferia num bairro de São Paulo chamado Jardim D’Abril. Pedi para os meninos e meninas entrevistarem sua família, porque me interessavam aquelas histórias todas que fugiam completamente daqueles currículos canônicos da educação básica. Não tinha sentido nenhum discutir história antiga, naquele momento, num bairro totalmente periférico, com uma população negra e pobre, com problemas de violência e tráfico. E, então, pedi para todo mundo entrevistar os familiares. Na época era pai e mãe, porque na minha cabeça ainda era a visão nuclear de família, mas

ali descobri que tinha alunos sem pai, sem mãe; que moravam, inclusive, na rua. Isso me afetou muito!... E quando as crianças voltaram com aquelas entrevistas, gente, eu não sabia o que fazer com elas! Me perguntava, angustiada: “O que faço com todas essas entrevistas?!” Aí, sem saber o que fazer, pedia para os meninos e meninas: “Façam um desenho, representem no desenho a sua família a partir das entrevistas”. E acabava ali mesmo, porque não sabia como tratar!... Hoje, é lógico que daria outra discussão. Não estava posta para mim a questão do compartilhamento das vidas; naquele momento não estava lidando com experiências; estava lidando com dados que iam chegar a partir de entrevistas. Não tinha discussão sobre memória, sobre identidade e experiências. Eu não tinha nenhum tipo de discussão mais aprofundada. Até porque na minha cabeça o que importava era a classe social – foi assim que fui formada - e classe social era uma grande abstração! Assim, discutia com os meninos e as meninas sobre classe social como uma grande ideia, universal e abstrata. Os absurdos que a gente faz: falava de Marx na quinta série sem perceber que a classe social estava ali, corpo, alma, sangue, bem na minha frente! Essa classe social estava ali ao vivo, existente, e eu teorizando a revolução industrial para turmas do ensino fundamental num bairro de periferia, sem discutir a existência deles e delas! E acabei indo embora dessa escola, porque chegava todo dia chorando em casa, porque não suportava aquela realidade! Acabei me exonerando escondida dos alunos... Fui um dia à tarde mesmo, fui embora sem me despedir deles, porque não ia aguentar ir embora e olhar para eles e elas! E hoje penso que se tivesse a formação que tenho hoje seria tudo diferente. Eu não era capaz de suportar a existência deles, não era capaz de suportar a experiência deles! Embora tivesse toda a teoria, não sabia lidar com a vida!... Hoje não teria ido embora, mas naquele momento era preciso ir. Porque desistir também é um ato de coragem, às vezes. E com a formação que eu tinha, não teria contribuição a dar, porque não sabia ouvir aquelas histórias, eu não escutava a vida deles! Então, assim, essa escola me marcou profundamente!...

Até ali, eu havia saído da graduação sem nenhuma produção, porque não existia isso que existe hoje, de estímulo à produção. E era convencida de que docente de educação básica não teria nada a dizer para a Academia. Para mim, pessoas mestras eram pessoas “gênias”, que, nossa, sabiam demais! Na minha cabeça jamais ia alcançar essa condição. Embora seja uma pessoa branca, morei na periferia de Osasco, e lembro que quando passei da quarta para quinta série, queria parar de estudar porque, dizia para minha mãe, não teria capacidade de continuar estudando; eu não era inteligente o suficiente. Para

mim, mestre era uma pessoa de outro mundo! Doutora, nem sabia o que era – doutor para mim era médico. No mestrado, publiquei um artigo a pedido de meu orientador, o querido Antonio Pedro Tota, na verdade uma resenha para homenagear o professor Alcyr Lenharo, que havia falecido. Nem era um artigo, porque ainda para mim havia essa ideia de que só pessoas muito boas poderiam produzir alguma coisa. Comecei a produzir muito tardiamente quando entrei no doutorado, em 2008, quando já tinha 42 anos de idade e 22 anos de magistério, bem diferente da trajetória que hoje a gente assiste com nossos e nossas estudantes que seguem carreira acadêmica. Eu sempre gostei de escrever, mas aos 42 anos ainda não sabia exatamente como se escrevia um artigo! Mas, participando do NEHO, a partir de 2008, havia trocas. A gente se encontrava a cada 15 dias na USP, lia, debatia, as pessoas contavam e compartilhavam suas pesquisas. E ali fui começando a perceber que poderia escrever sobre aquilo que estava pesquisando e vivendo. Então, a partir daí, comecei minhas produções em torno da greve de Osasco, das coisas que aprendi sobre memória e história oral; das escutas que tive a oportunidade de praticar. Pensar a memória para mim foi uma coisa extraordinária – pensar que a memória poderia me trazer outra perspectiva da história, a ideia da possibilidade... Tem uma coisa que os alunos e alunas falam, também, que quando eu morrer a minha lápide vai ser “a história é possibilidade”, porque comecei a perceber que tudo era possível a partir da memória. Tudo era possível, porque a memória permite o afeto, a emoção, a imaginação, o sonho! A memória não trata de um passado que acabou, mas de um passado tão aberto que se enrosca no futuro, que se enrosca no presente. Os ex-operários de Osasco e aquelas mulheres, suas companheiras da vida, falavam de sonhos, do que poderia ter sido, do futuro mesmo, quando lembravam de suas experiências!... E para mim aquilo foi tão encantador, escrever sobre a memória!... E lembro que na época das entrevistas com eles e elas eu li um texto do Eduardo Galeano, que se chamava *A pedra arde*. É um pequeno livro para crianças que conta a história de um menino que foi roubar maçãs no quintal de um senhor que era judeu, com uma grande cicatriz no rosto. E ele achou que esse velho ia machucá-lo, mas o senhor, em vez de reprimi-lo, deu uma fruta para ele. E esse menino ficou tão agradecido com esse velho, e percebeu que ele era muito feio, era cheio de marcas, cicatrizes... E aí ele pensou: “Nossa, eu queria tanto ajudar esse velho, deve ter sofrido tanto”. E um dia esse menino descobriu uma pedra diferente, iluminada, que ardia, e soube que quem tocasse na pedra poderia apagar a memória de seu sofrimento e poderia,

⁸ Galeano, Eduardo. *A Pedra Arde*. São Paulo: Loyola. 1989.

inclusive, rejuvenescer. E essa criança ficou tão feliz e foi buscar esse velho, e falou pra ele: “Olha, se você tocar nessa pedra todas as suas cicatrizes vão desaparecer, você vai rejuvenescer e vai poder continuar em frente”. E esse senhor respondeu mais ou menos isso: “Eu não vou tocar na pedra. Esse sou eu. Se tocar na pedra e as minhas cicatrizes desaparecerem, vou esquecer tudo que vivi em Auschwitz. E toda a minha sobrevivência, e toda minha família, e toda minha religião. Seria uma traição”. Li esta história durante o meu doutorado, e seu significado me impactou demais: a importância da memória para as pessoas, para sua identidade. Então, é aí que eu fui primeiro para uma memória masculina sobre a greve de 68 em Osasco; comecei a perceber essa importância da escuta, de se narrar e de se compreender quem a gente é ou gostaria de ser; também de uma memória que é coletiva e que gera sentidos de pertencimento. “Nossa, eu preciso escutar mais, tem coisas sendo ditas que não estou prestando atenção”... E sempre havia uma fala dos homens que era: “As mulheres estavam nos bastidores da greve”. E ficava pensando assim: “Mas que mulheres são essas que não têm nomes? Que mulheres são essas, que bastidor é esse?”... E aí eles começaram a contar: “Minha mãe guardava arma embaixo da cama; minha mulher alimentava a gente na cozinha; minha irmã visitava a gente na prisão”... Mas que bastidor é esse?! E aí fui atrás dessas mulheres – “Eu preciso saber quem são essas mulheres que nem nome têm. A única mulher que tinha nome, na fala deles, era a “Tia” – que não era um nome também; na verdade era o “nome de guerra” de uma senhora que era braço direito do capitão Carlos Lamarca, que estava na guerrilha como líder da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Por isso eles lembravam dela! A Tia não tinha nome. Daí eu demorei anos para descobrir o nome dela, que era Tercina⁹. E foi uma mulher que nunca consegui entrevistar, pois ela morreu em 2004. Mas ficava tentando entrevistar as operárias, que nunca encontrei, com exceção de Ana Maria Gomes (que também foi da VPR), embora eles falassem para mim que 200 operárias se aliaram à greve. Eu nunca conseguia entrevistar uma dessas 200 operárias, porque não sabia o nome de nenhuma delas e soube que elas foram mandadas embora da greve pelos homens, pois “greve não era coisa de mulher”. E aí fui entrevistar as

⁹ Tercina Dias era mãe do operário Manoel Nascimento, o Neto. Ela foi o braço-direito do capitão Carlos Lamarca na guerrilha do Vale do Ribeira. Foi banida do Brasil com seus quatro netos, na troca de guerrilheiros com o embaixador suíço, no ano de 1971. Para quem quiser conhecer sua história, na memória de sua neta, ler: Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. Entrevista - A tia dos guerrilheiros: Tercina e o enfrentamento à ditadura brasileira nas memórias de Zuleide, sua neta. *Caminhos Da História*, 28(2), p. 183-197, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/6796>. Acesso em: 14 nov. 2024.

companheiras desses caras para entender como o impacto de uma greve, numa ditadura, se dava na vida dessas mulheres que nunca foram lembradas. Mulheres com quatro, cinco filhos; que nunca trabalharam, algumas delas sendo analfabetas; ou que não entendiam o que era comunismo ou uma ditadura naquele momento! Então, isso foi mudando o rumo da minha produção no sentido de que é preciso ouvir mais! E aí comecei a escrever textos sobre a memória da greve, sobre as mulheres e seus exílios internos¹⁰. Escrevi um texto em 2010, intitulado “A Pedra que Arde: o direito à memória contra a sedução do esquecimento”, na revista *Sæculum*, e dois textos sobre a ética da escuta, um na *Revista de história oral* da ABHO, em 2013, e outro numa revista argentina chamada *Testimonios*¹¹, em 2015. Quando eu descobri aquele texto do Portelli, “História oral e poder”¹², eu pensei: “Meu Deus, o Alessandro Portelli ‘roubou’ minhas ideias!! Era tudo isso aí que eu pensava!”. Foi engraçado!... Foi incrível ter contato com esse texto, em que ele fala da responsabilidade com a palavra do outro, de uma ética da escuta. Ele escreveu o texto em 2010, que eu não tinha lido ainda, mas eu estava preocupada com isso: “Meu Deus, como é que a gente ouve essas pessoas?” ... E cada vez mais, Robson e Alessandra, que eu vou ouvindo as pessoas, vou pensando na responsabilidade com a palavra delas e questionando aquela coisa estranhíssima, que depois passei a rejeitar, que é a ideia do “dar voz”. Comecei a perceber a nossa arrogância acadêmica e o quanto aquelas pessoas estavam sendo generosas em me conceder a voz delas. Elas estavam me dando alguma coisa, estavam dando a voz delas! Então, comecei a perceber que a prática de dar voz não existia, comecei a perceber que não era a gente que manipulava uma entrevista. Porque durante anos eu ouvia assim, lá em 1987, daquelas professoras que me orientavam na monografia: “A história oral é falha, porque seus entrevistados sempre

¹⁰ Entre esses artigos, destaque a Rovai, Marta G. O. Rompendo a invisibilidade: narrativas femininas sobre os bastidores da militância política em 1968, na cidade de Osasco. *Revista Perseu*, n. 7, ano 5, p. 41-57, 2011. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/34>. Acesso em: 17 nov. 2024. Rovai, Marta G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013. DOI: 10.5965/2175180305102013108. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>. Acesso em: 18 nov. 2024.

¹¹ Os textos podem ser acessados em: Rovai, M. G. de O. A Pedra que Arde: o direito à memória contra a sedução do esquecimento. *Sæculum* - Revista de História, [S. l.], n. 23, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11516>. Acesso em: 17 nov. 2024; Rovai, Marta G. O. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em história oral. (2015). *Testimonios*, 4, 109-120. <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/32375>. Acesso em: 13 nov. 2024; Rovai, Marta G. O. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, 16(2), 129-148, 2013 <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/313>. Acesso em: 13 nov. 2024.

¹² Portelli, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, 6(2), p. 2-13, 2010. https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41498/pdf_183. Acesso em: 14 nov. 2024.

vão dizer o que você quer ouvir”. E aí na experiência desta prática, a gente vai descobrindo que há uma dialogia enorme e que, no sentido positivo, todo mundo manipula todo mundo! Porque a ideia tem que ser essa – todo mundo manipulando todo mundo, uma vez que não somos iguais; estamos falando de lugares diferentes, com intenções diferentes. Nós precisamos manipular os saberes e memórias todas, tão diferentes, para que a gente chegue a um lugar em comum, uma forma de compartilhar para o bem comum. Pois a história oral é esse processo dialógico, de negociação, de manipulação, de encontros e desencontros, em que a gente se compromete e se responsabiliza pela palavra alheia. E aí fui descobrindo também que não se tratava de trabalhar numa comunidade em que todo mundo era feliz ou tudo era consenso, em que todo mundo era amigo. A gente vai descobrindo na história oral que falar de comunidade é descobrir dissenso, e eu descobri dissenso entre operários, entre pescadores e pescadoras, entre congadeiros e congadeiras, e com a comunidade LGBTQIAPN+ mais do que em qualquer outro lugar! E a nossa tendência é a romantização dessas lutas... Tudo isso começou a aparecer nos meus textos, essa questão de uma escuta sensível que não termina na entrevista, que vai continuar na escrita, na publicização das narrativas. Continuamos a ouvir sempre!... E daí o cuidado com essa escrita, em como lidar com essa escrita, com a transcrição, ou com a transcrição... E aí eu vejo que cada pesquisador, cada pesquisadora, coloca um pouco de si naquela escrita. E o que importa é esse cuidado ético com a palavra do outro a partir de um processo dialógico – não machucar, não distorcer, não omitir, não expor também. Não é tudo que eu ouço que vai para minha escrita!... E isso eu fui aprendendo com essas vozes todas. O respeito pela vontade do outro que hoje pode ser a favor da publicação e depois pode não ser mais. Então, é uma escuta sensível que perdura sempre. E isso chega para mim, em especial, no momento quando eu escrevo o livro com as meninas trans e travestis, e quando eu começo a pensar como eu vou escrever um texto, diante de diferenças gritantes entre nossos corpos. E daí eu me perguntava: é sobre ou é com, ou é a partir de, sendo uma mulher cisgênero? E aí eu fui perguntar para elas. Eu precisava perguntar para elas! Diante da diferença também se modifica em mim a forma da escrita, quando eu pergunto a elas: “O que vocês pensam de mim? O que vocês pensam de uma mulher cis que faz uma pesquisa com mulheres trans e travestis?” E uma delas diz: “Você acha que você vai ser legitimada pela comunidade?”. E eu dizia: “Vocês vão legitimar ou não. Como podemos fazer isso? E aí, o que vocês querem que eu diga? Que público vocês querem que leia este livro?”... E aí a gente foi construindo um texto juntas, elas falando, eu falando, e aí eu

comecei a perceber que está para além da autoridade da Academia mesmo; que está muito além de uma metodologia. Começamos a discutir também a autoria. A gente também começou a pensar a questão: quem é o autor ou autora daquilo que a gente escreve, de fato? Isso tudo foi me afetando e sendo transposto para os meus textos. E assim, eu quero compartilhar, quero que as outras pessoas saibam que há outras possibilidades de escrita e de uso da escrita. É possível produzir outras coisas que não seja a escrita. O professor Sebe não concorda muito, mas para mim a produção de um documentário a partir das narrativas é transcrição, uma exposição para mim é transcrição. É uma tradução cuidadosa da palavra do outro que pode ser vertida em escrita, pode ser vertida em imagem, pode ser invertida numa série de formas.

Robson Laverdi: Em sua tese sobre Osasco em 1968¹³, você destacou as vozes femininas em um contexto historicamente dominado pela perspectiva masculina. Quais foram os principais desafios e recompensas dessa escolha, e como ela impactou sua visão sobre a resistência operária daquele período?

Marta Rovai: Quando eu fui falar com elas, a gente sempre fala dessa expressão que nós costumamos ouvir que é “não tenho nada para dizer”. E normalmente o que elas me diziam era “Fala com meu irmão, fala com meu marido, eles é que fizeram história”. E uma história que me impacta muito é a história da dona Iracema, que era uma cozinheira de uma escola pública no Jaguaré, um bairro de São Paulo, e que teve dois irmãos guerrilheiros – um deles, João Domingues da Silva, morto na ditadura sob tortura aos 18 anos de idade, e o outro, Roque Aparecido da Silva, que foi guerrilheiro, um dos presos trocados pelo embaixador suíço, sequestrado pela guerrilha em 1971. Eu lembrei muito dele no filme *Ainda estamos aqui*¹⁴, recém-lançado, porque ele é um dos trocados pelo embaixador suíço; ele está naquela lista de 70 pessoas. O irmão que morreu, João, era um açougueiro, não era operário. Ele participou do assalto ao carro forte do Ademar de Barros. Foi preso e torturado durante três meses e morreu sob tortura. E a Iracema, uma mulher simples, foi buscar o corpo dele para ter o direito de enterrá-lo! Essa história eu comparo à narrativa grega de Antígona¹⁵, da irmã que vai buscar o seu irmão para poder

¹³ A tese foi publicada em forma de livro: Rovai, Marta G. O. *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

¹⁴ *AINDA estou aqui*. Direção: Walter Salles. Brasil: RT Features; VideoFilmes; Mact Productions, 2024. Filme (135 min).

¹⁵ O mito de Antígona é uma tragédia grega escrita por Sófocles em 441 a.C., que conta a história de uma mulher que desobedece às leis dos homens ao se revoltar contra um decreto do rei Creonte que condenara seu irmão morto a ser enterrado fora de sua terra, Tebas. Antígona enfrenta o poder para legitimar o direito ao seu irmão, Polínicês, condenado de ser enterrado onde nasceu.

enterrá-lo em sua terra, como direito. A dona Iracema enfrentou o professor de matemática da escola em que trabalhava como cozinheira, porque descobriu que ele era um dos torturadores do seu irmão. Ela, uma senhora, enfrentou general para liberar o corpo do João no hospital, sozinha! Enfrentou um general, trouxe o corpo, e o fato de ela trazer o corpo para a cidade denunciou a morte para a cidade de Osasco, denunciou a tortura!... A história da dona Iracema é uma história que me impacta profundamente!... Ela leva os bilhetinhos, mesmo depois do irmão morto, dentro do sutiã para as famílias; continua visitando os presos. E eu perguntei para ela: “Dona Iracema, a senhora já tinha um irmão morto, a senhora já tinha um irmão exilado, e mesmo assim continuou indo para os presídios?” Ela me respondeu: “Conhece aquela música ‘você me prende viva, eu escapo morta?’” ... São histórias que me impactam profundamente, são histórias de um exílio específico. Elas disseram assim: “Vocês, historiadores, falam dos exilados, mas vocês não falam do nosso exílio, das mulheres que ficaram exiladas, sozinhas, com filhos para criar! E o nosso exílio, quem conta?!”. Então, são histórias muito fortes e histórias que tratam não de uma vitimização, mas de um engrandecimento muito grande, porque elas foram para as ruas; levaram as mesas para as praças a fim de fazer os abaixo-assinados pela Anistia dos presos e exilados pela ditadura! Foram visitar os presos, levar mensagens escondidas no sutiã, levar bolo nos presídios. E quando eu perguntava a elas: “Por que que vocês iam levar bolo?”, elas diziam: “Porque no momento do bolo era um instante em que os nossos irmãos, maridos e amigos podiam sair da cela. Era um sopro de vida comer um pedaço de bolo!”. Então, elas perceberam coisas que iam rompendo aquela minha imagem novamente de classe, de uma militância canônica, de uma militância de partido, de luta armada, de movimento social. Elas também estavam em movimento político, mas era um movimento pelo afeto, um movimento pela vida! Elas lutaram pela vida das pessoas!... E naquele momento, elas não estavam discutindo esquerda ou direita, elas nem sabiam o que era isso... Muitas delas diziam: “Eu nem sabia o que era comunismo; fui perguntar para o padre, e o padre falou que não tinha nada com isso, que eu que me virasse com meu marido comunista!”. Então, assim, é uma solidão, e eu fui entendendo o que era esse exílio, o que era essa solidão de não entender as coisas. E quando elas começaram a entender, elas foram parar nas prisões, começaram a perceber a pobreza das suas companheiras e dos operários desempregados e passaram a fazer feiras comunitárias dentro das suas casas, nos seus quintais para dar comida. Assim, como é que nós historiadores, historiadoras, deixamos passar essas histórias?! Elas passaram noites inteiras

queimando documentos dos seus maridos para não os incriminar. Eu perguntava a elas: “Vocês têm fotografias?” e elas respondiam: “As fotografias foram queimadas nos buracos feitos nos fundos dos quintais, durante a madrugada para proteger nossa família e nossos companheiros”. Todas elas tinham esta prática! E o que é potente nisso? Não são práticas combinadas, porque a narrativa dos homens e a prática dos homens têm um pacto – é o pacto da masculinidade viril. Este pacto tem feitos e valores em comum, públicos! Elas não têm pacto nenhum! O pacto que elas têm é a sobrevivência das suas famílias e dos seus companheiros que estavam morrendo!! Elas produziram uma prática política poderosíssima! Elas reivindicaram as creches, foram para dentro das igrejas, fazer um outro tipo de militância contra a ditadura. E esse registro impacta de tal forma que, quando lancei o livro, impactou os homens, porque eles nunca tinham lido a história das suas companheiras. Isso faz com que o sindicato dos metalúrgicos de Osasco produzisse um documentário com elas, produzisse mesas de debates em que elas participaram. Na minha defesa elas estavam todas presentes; eles, nenhum. E isso impactou a vida delas de tal forma que levaram isso para as famílias. Eu entrevistei a irmã do José Campos Barreto, que morreu com Lamarca. E recordo que quando fui falar com ela, Maria de Lourdes Barreto, uma professora, que me dizia: “Não tenho nada para falar, porque nem sabia que o meu irmão era guerrilheiro. Eu soube que o meu irmão era guerrilheiro no dia que apareceu a foto, a primeira foto dele, que é uma foto clássica no *Jornal Estado de São Paulo* – ele sendo preso, ele estava algemado”. José Campos Barreto era um operário de Osasco, que tinha 18 anos, e que foi lutar com Lamarca, e que acabou sendo assassinado com ele pelo exército na Bahia. E sua irmã me disse: “Eu descobri o impacto da morte, da prisão do meu irmão, quando eles invadiram a nossa casa na Bahia! A gente nem sabia o que estava acontecendo e o exército chegou na Bahia, matou meu irmão, um outro irmão, prendeu meu pai e eu me escondi embaixo de uma cama na casa do vizinho. Eu era uma menina de 13 anos, e os militares invadiram a casa do vizinho me procurando, dizendo ‘cadê aquela vagabunda amante de Carlos Lamarca? A hora que a gente prender ela vai saber o que é ser amante de alguém’”. E ela me dizia: “Escutava tudo aquilo, não entendia, não sabia quem era Carlos Lamarca. Eu vivia o terror embaixo de uma cama escondida!”... E quando eu perguntava a ela sobre a importância de contar aquilo, ela respondia: “Hoje tenho consciência como é importante contar, eu nunca contei. Mas a partir de hoje vou contar para minha família o que a gente viveu”. E quando dei o livro, ela falou: “Vou dar para a minha filha, meu sobrinho, porque é uma história que eles não sabem. A história da minha

família até então era a história do José Campos Barreto”. E a forma como elas contam sobre José Campos Barreto é muito diferente dos homens: “José Campos Barreto era um menino que gostava de comer ovo frito. E quando ele se escondia na minha casa eu fazia seis lanches de ovo frito para ele”. A outra dizia: “Eu gostava de Campos Barreto porque ele tocava violão. Aonde ele fosse, tinha um violão. José Campos Barreto adorava criança! José Campos Barreto foi seminarista. José Campos Barreto andava com uma sandália toda arreventada”... Mas nenhum homem contou essa história sobre ele! Foram as mulheres que contaram, porque a memória é outra, não é mais aquela enquadrada, que diz o que é aprovado e publicizado politicamente. Elas não eram as vozes autorizadas a dizer, mas quando decidiram dizer, humanizaram José Campos Barreto. O guerrilheiro era um menino de chinelo arreventado, que gostava de criança, tocava violão, gostava de pão com ovo. E lembro que na minha defesa de Doutorado uma das professoras da banca me questionou: “Como é que você tem coragem de reduzir Campos Barreto a isso?!” Eu disse: “Não estou reduzindo Campos Barreto a isso. Essas mulheres estão dizendo que Campos Barreto era ser humano como cada um de nós; cada uma de nós poderia ser José Campos Barreto”. É a humanização dessas pessoas, e é isso que a narrativa delas mostra o tempo todo. É a memória daquelas mulheres sobre ele! Elas me diziam sobre seus companheiros: “Eles eram meninos violentados pela ditadura! A ditadura poderia negociar, a ditadura poderia só prendê-los, mas a ditadura matou os nossos amigos”. Então, elas trazem uma outra questão, e passei a ver a partir delas outra Osasco, outra greve, e por isso o título da tese, *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*, porque é outra história. É uma história do encorajamento delas. Para vocês terem uma ideia, a história delas chegou lá na Universidade Federal do Amazonas. Uma vez eu recebi no Facebook uma mensagem de uma menina que homenageava a dona Iracema no Amazonas. Imediatamente repassei a mensagem para ela: “Olha que a senhora disse que não tinha história, está sendo homenageada no Amazonas”. E a Sônia Miranda, que me falava muito do exílio, a esposa de um guerrilheiro, me disse esses dias: “Professora Marta, eu dei o meu livro para o Lula”. Então, fico pensando na dimensão, na importância que essas mulheres atribuíram a esse registro das suas histórias. Os homens também deram importância, mas os homens já tinham contado as suas histórias em outros livros, em outros escritos. Os fatos eram os mesmos, os eventos são os mesmos, mas essas mulheres bagunçam esses eventos porque não são aqueles eventos, são outros. E elas trazem para dimensão do privado a questão política. As mulheres rompem o privado, elas vão para o público, elas vão e voltam.

Elas têm uma outra dinâmica, vão e voltam, e interferem em tudo que está à sua volta. Praticam uma política do afeto, da paixão pela vida! Então, considero que nesse sentido é que a pesquisa impacta bastante. Acho que nunca mais ouvi contarem a história de Osasco sem incluir as mulheres.

Alessandra Izabel de Carvalho: Marta, vamos imprimir agora mais uma camada da sua atuação acadêmica e social que é sobre a história pública e patrimônio. Então, você coordenou o PIBID da UNIFAL e tem uma presença ativa na Rede Brasileira de História Pública. Como essas experiências mudaram a sua visão sobre o papel da história pública no ensino e na formação de cidadãos críticos? E quais são os desafios específicos de trabalhar com temas como ditadura e gênero na educação básica e na educação superior?

Marta Rovai: Eu trabalhei no PIBID de 2018 até 2022, foram dois mandatos. Não trabalhei como coordenadora de área, mas como coordenadora institucional. E tem uma história muito interessante: logo depois que entrei na universidade, no ano de 2014, havia vaga para coordenadora de História no PIBID. Eu me candidatei e disse aos colegas que gostaria muito de contribuir, pois vinha da Educação Básica e tinha trabalhado 26 anos nas escolas públicas e privadas em São Paulo, entre 1986 e 2012, além de trabalhar com formação de professores em Recife e Teresina. E a resposta que ouvi foi: “Mas você tem mestrado sobre ensino de História? Você fez algum doutorado sobre educação, ensino de História?”. Disse não, e então me disseram que eu não podia coordenar, que tinha que ter desenvolvido alguma pesquisa. Pensei: “Ué, mas desenvolvi pesquisa, porque enquanto era professora eu pesquisava, pensava sobre a minha prática!”. “Não vale, não vale!”... Por isso nunca fui coordenadora de área, fui ser coordenadora institucional e aprendi muito com os colegas. Embora gostasse muito de estar em sala de aula – para mim a sala de aula é o meu lugar –, lembro de ter proposto no PIBID discussões sobre gênero e raça. A gente montou projetos interdisciplinares com essa temática, formou professores da Educação Básica. Lógico que não era só eu, havia outros e outras colegas também preocupados com a temática! Hoje o PIBID de História – não estou mais, mas acompanho – tem vários projetos ligados a gênero, sexualidade e raça. E um detalhe importante: esses projetos ligados a gênero não são estimulados por docentes, são articulados pelos e pelas estudantes! São eles e elas que, quando os docentes pedem para fazer um projeto, chamam o gênero lá. É impressionante, porque a demanda de discentes é muito grande sobre essas temáticas, embora muitos e muitas colegas resistam. O que ouço muitas vezes na universidade é assim: “Todo mundo trabalha gênero e raça, tá diluído nos currículos”. É uma coisa até vergonhosa, porque não está. Não se assume esses

debates, eles se transformam em guetos. E os estudantes fazem os projetos todos! Eu tenho visto vários trabalhos muito bonitos que os meninos, muitos estudantes que participam do Projeto AMHOR, têm realizado. Além do PIBID, o projeto AMHOR tem sido convidado para fazer intervenções nas escolas. Agora mesmo a gente vai conversar com docentes de uma escola que fica em frente à universidade, uma escola pública, pedindo para que a gente faça uma intervenção lá contra a transfobia e a LGBTfobia. A ideia é que a gente faça algum tipo de discussão com os estudantes, falando de nossos corpos diversos: brancos, negros, cis, trans, não binários, homossexuais... No ano passado estive em duas escolas com o grupo AMHOR, discutindo feminismo, violência de gênero, transexualidade. Isso vai tocando as escolas, e parte, muitas vezes, de estudantes que também dão aulas, de egressos que chamam a gente para falar da ditadura, das relações de poder de gênero, de sexismo, de racismo... Então, isso tudo vai gerando um movimento que sensibiliza, que afeta, e, ao impactar as escolas, toca o corpo docente da Universidade de volta, porque faz a docência se repensar... Todo o movimento, plural, vai impactando currículos, pesquisas, ações e relações! Eu acho que a gente vai se contaminando por um amor político que deseja a transformação via educação!

Robson Laverdi: Marta, você é uma mulher de Osasco, cravada em Osasco digamos; cravada nessa experiência de cidade, e vai atuar no Delta do Parnaíba, e vai trabalhar aí no sul de Minas como um todo praticamente. Como você equilibra, então, essa alteridade toda, como é que você lida com essa alteridade?

Marta Rovai: Como eu disse, foi um grande impacto! Trabalhar com os pescadores e pescadoras foi lidar com um mundo completamente diferente do meu. Foi para fazer um pós-doc em Parnaíba no ano de 2013, uma cidade do litoral piauiense. E contava com uma coisa muito importante que era o apoio de 14 alunos da Universidade Estadual do Piauí. Lidar com essa alteridade foi menos difícil no sentido do desconhecido, do estranhamento, porque esses meninos e meninas, boa parte deles era filha, era neta de pescador, vivia nas comunidades pesqueiras. E eles e elas me levaram – a gente pesquisava no litoral da Parnaíba e atravessava o Rio Parnaíba para as ilhas do Maranhão. A pesquisa foi realizada uma parte no Piauí, mas grande parte dela na Ilha das Canárias, no Maranhão, que fica no Delta do Rio Parnaíba, um lugar belíssimo! Ser impactada por aquela natureza então!... Não tinha visto aquele mundo, desconhecia aquele mundo. A paisagem é outra: são os barcos, são os caranguejos, são as lavadeiras na beira do rio... Assim, que mundo é esse?! São as dunas enormes!... E quando cheguei lá, era aquela visão da urbanoide, da paulista, de Osasco – que é uma cidade enorme, tem quase 900 mil habitantes.

Quando chego ali, entro em casas simples, muitas delas de pau a pique, com pessoas oferecendo um suco para mim de murici, que era um suco horrível, mas que eu tomava porque fazia parte daquela relação – eles me oferecendo o melhor, e o melhor era o suco de murici que a paulista não gostou... Mas o suco era que mediava o diálogo, mediava a conversa, a generosidade mútua, todos sentados na rede ou no chão, com eles fazendo o material da pesca, o barco, a tarrafa... E pensava: “Quem sou eu na fila do pão agora com meu doutorado? De que me serve a Academia neste momento, se não for capaz de escutar e não compreender este mundo?”... Aqueles pescadores, as marisqueiras, todos e todas desconfiavam da Academia: “E aí, professora, vai usar nossa voz de novo para não fazer nada? A Academia adora ouvir a gente para não fazer nada. Vocês gostam de ganhar em cima da gente”. Quantas vezes ouvi isso, quantos pescadores se recusaram a dar entrevista pra gente, porque “Vocês usam a gente. Vocês querem nos entrevistar, mas nunca mais voltam!”... Por isso é preciso deixar-se rasgar pelo outro mundo, pelo estranho que também nos estranha e avalia!... Ainda quero contar uma história que aconteceu quando estava ali com as marisqueiras, e a minha visão sobre elas era aquela de urbanoide, atribuindo a elas o sofrimento que talvez nem existisse, mas que imaginava na lida com o rio. O meu olhar sobre seu trabalho com a retirada de mariscos era atravessado pelo desejo de ver e de ouvir sobre suas dificuldades, reduzindo-as, de certa maneira, a isso. E perguntei a elas sobre aquele trabalho, aguardando uma resposta que eu já esperava. Mas elas me surpreenderam: “Aqui é o paraíso, aqui é o céu”. E me devolveram com a sua avaliação sobre mim: “É, professora, tá fazendo cara que queria que a gente dissesse que aqui é tudo ruim. Ruim é onde você mora em São Paulo, cheio de poluição, barulho e crime”. E aí, aconteceu outro aprendizado! Eu estava sendo também julgada ali, interpretada, assim como meu mundo. E àquilo que considerei, ingenuamente, certa alienação em relação à exploração de seu trabalho, elas me responderam com um fato posterior, quando bloquearam a passagem ao Delta do Rio Parnaíba, quando fui até lá “fazer turismo”: “Vocês vieram aqui turistar. Todas essas dunas que para vocês é turismo, é bonito, para nós é a areia no pulmão dos nossos filhos. Queremos que cuidem dos rios e do povo que moram nas suas margens!”. E comecei a perceber que a urbanoide aqui não tinha coisas para ensinar, mas precisava ouvir e ouvir. Precisei me reconstruir demais, gente! Dormi em rede – dormir em rede me dá dor nas costas - mas era a rede que existia, não era a cama. Era a rede com areia embaixo dela. Andei de barco, com medo do Rio; sentei para escutar as histórias da comunidade, aprendendo a ser humilde... Então, a gente vai se

refazendo, se reinventando e descobrindo outros mundos, nos reencantando com outras possibilidades de existência! E eles também vão aprendendo e se reconstruindo com a Universidade... Uma vez, quando dava aula numa pós, estava falando sobre história oral com os estudantes, e eles falaram: “Professora, a gente conhece o pessoal do Bumba-meu-boi, da comunidade da Ilha Grande. Vamos convidá-los para uma entrevista?” Falei: “Vamos fazer uma entrevista coletiva aqui; um exercício de história oral”. Até que o pessoal do Bumba-meu-boi chegou... E os meninos começaram a perguntar assim para eles: “Ah, é maravilhoso quando você sai para as ruas praticar Bumba-meu-boi?”, “Quando você sai para o Bumba-meu-boi e dança, não tem um negócio assim que vocês vão para outra dimensão?”. E as pessoas da comunidade só respondiam: “É”... Era uma coisa engraçada e ao mesmo tempo desrespeitosa, falar pelo outro... Aí chegou uma hora, um estudante falou assim: “Ah, vocês colocaram um personagem tal lá na manifestação que nem é personagem do Bumba-meu-boi”, desqualificando de certa forma as decisões do grupo. Aí uma senhora, que pertencia à comunidade, respondeu: “Se está no Bumba-meu-boi, do Bumba-meu-boi é”... Quando eles foram embora, eu disse assim: “Hoje vocês deram uma aula de como não se faz história oral, agredindo a comunidade, pressupondo o que a comunidade sente, escolhendo e significando por eles”. Um absurdo! E ali fui entendendo as tantas violências que a Academia produz, porque a gente quer “falar sobre”, “quer falar por”, não quer “falar com”. Muitas vezes não nos posicionamos em escuta, porque não importa o que as pessoas têm a dizer, uma vez que a gente já tem a resposta. Muitas vezes, os acadêmicos e acadêmicas considera que já aprendeu lendo teoria e acabam por transformar experiências de comunidades em exemplos. E, para alguns, se não são exemplos de coisas com as quais se concorda, nem isso elas são – são retiradas da história. Aprender com a alteridade não é se colocar no lugar delas, ou encaixá-las no nosso mundo, simplesmente. Significa, muitas vezes, se desconstruir, bagunçar tudo, refazer nossas teorias. Também criar laços, vínculos, se deixar afetar... E hoje ainda mantenho laços afetivos, voltei algumas vezes para o Piauí, que me transformou. Lembro de uma cena que me marcou demais: no dia em que fui embora do Piauí e fui me despedir da Universidade – dessa vez eu não saí fugida como fiz lá atrás; fui embora olhando nos olhos deles e aprendendo com o seu mundo... Nós fizemos um sarau à noite, na praia, e eles disseram assim para mim: “Nunca vamos esquecer da única professora que nos abraçava”... Porque naquela cidade, naquele momento em especial, um abraço não era uma prática cultural. Quando vinha para abraçá-los, eles colocavam a cabeça no meu peito, e eu

falava assim: “Gente, olha no olho. Vem aqui dar beijo no rosto e abraçar!”... E quando fui embora, cheguei na rodoviária e eles estavam todos lá! Gente, todos na rodoviária! Aquilo foi uma transformação coletiva, um aprendizado coletivo!! Então, assim, são redes que a gente vai construindo pelo caminho... E em Minas Gerais, quando cheguei, assisti a uma manifestação – eu nunca tinha ouvido falar de Congado... Cheguei em Minas Gerais... assisto na praça central de Alfenas, uma manifestação do Congado ligado ao terreiro da Mãe Cida. A Mãe Cida é uma figura em Alfenas muito importante, de um terreiro, acho que é Candomblé com Umbanda. E eles fazem um encontro no dia da cultura de matriz africana, eles tomam a praça e trazem vários grupos do Congado. E daí pensei: “Vou entrevistar essas pessoas!”, porque, na verdade há um movimento constante pela vontade de aprender e de compartilhar essas existências com o mundo. E aquelas comunidades ligadas ao Congado na cidade também queriam registrar suas memórias e histórias. Quando cheguei, fui fazer entrevistas com a família da mãe Cida, e lembro que na primeira entrevista, fui com algumas alunas entrevistar as mulheres. E os estudantes tinham me contado que o Congado não funcionava em Alfenas, porque o mestre era um homem e a liderança passava de homem para homem. Como naquela família os homens não queriam assumir a liderança do Congado e não deixaram passar para as filhas, então não havia Congado. E fui falar com elas com essa conversa: “Parece que aqui em Alfenas não tem Congado”. E aí elas falaram assim: “Professora, o que que é Congado para senhora? Congado é um sentimento, professora! Congada é uma vivência. Não é porque a gente não sai na rua que aqui não tem Congado”. Buscaram as bandeiras, algumas roupas e me disseram: “Congado é religiosidade, professora!”. E aí descobri que estava no lugar em que não sabia nada, de novo, de novo! Mais uma vez refleti: “Tenho que ouvir essas pessoas! Tenho que aprender! Tenho que ver essas pessoas agindo, atuando”... Fui ao terreiro algumas vezes, porque também não conhecia o terreiro. Precisei conhecer o terreiro, ver como essas pessoas dialogavam, quem frequentava o terreiro, como estava ligado ao Congado; como a Igreja Católica entrava nisso. E aí, começamos – estudantes e eu – a fazer um trabalho sobre Congados no sul de Minas – Poços de Caldas, Alfenas, Areado... Mas olha o que aconteceu, como não é fácil produzir história oral e como a alteridade tem que ser respeitada: surgiu um edital do estado de Minas para lançamento de livros e decidimos tentar. Só que nesse edital quem tinha que assinar eram as pessoas do Congado, era a comunidade, eram os mestres. E a gente começou a procurá-los, mas eles sumiram, sumiram! Eles não atendiam o nosso telefone, os meninos foram à casa deles, eles não

abriram a porta. E a gente perdeu o prazo, nós não conseguimos concorrer ao edital. E depois a gente descobriu que haviam brigado entre eles, e com esta briga, não queriam mais que a gente publicasse. E no fim da história a palavra final foi da comunidade. Então, a gente tem um material que nunca foi publicado, porque eles não nos autorizaram, porque fulano tinha dado entrevista, mas o ciclano discordava... E percebemos, na prática, o quanto uma comunidade é uma disputa política, uma disputa de poder, e que a gente não tinha direito de continuar a pesquisa: “Ah, mas eles concederam...” Não, eles concederam a entrevista, mas a gente continuou a ouvi-los até o final, quando eles disseram não.

E tem a questão LGBTQIAPN+ que, como já disse aqui, me atravessou durante a minha vida, mas na universidade ficou muito mais evidente em sala de aula. Quando fui dialogar com as mulheres trans e com as travestis do sul de Minas, fui extremamente transformada por suas histórias! Ampliei minhas leituras, dialogando com intelectuais trans e negras, como Megg Rayara, Letícia Carolina Nascimento, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba e tantas outras que me desvelaram e colocaram em xeque a nossa branquitude e cisgeneridade, e denunciaram seus efeitos nefastos sobre a Academia e as vivências sociais. Desses diálogos proporcionados pela história oral, durante toda a pandemia, elaborei com as entrevistadas – sujeitas das narrativas – um livro chamado *Sob nossa pele e com nossas vozes*¹⁶, em constante negociação com elas sobre a escrita e a sua publicização. Elas também escreveram a apresentação e as considerações sobre a obra, inserindo poesias travestis e suas histórias registradas inteiramente, sem recortes. A sua publicização se deu num debate na Câmara de Vereadores da cidade, junto à comunidade LGBTQIAPN+, o que também originou a um filme chamado *Potência Trans*¹⁷, exibido no teatro municipal e na UNIFAL. Este processo revelou a força da história oral, promovendo presenças e debates públicos na sociedade e mostrando outras existências e mundos possíveis!¹⁸... Este trabalho me inspirou a criar uma disciplina que

¹⁶ Rovai, Marta G. O. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no Sul-mineiro*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

¹⁷ O documentário *Potência Trans*, produzido por Luiz Vicente e Rodrigo Mikelino, em 2024, pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=BrTYrdXlKXQ>. Acesso em: 17 nov. 2024.

¹⁸ Sobre este processo de entrevista e publicização da pesquisa, sugere-se Rovai, Marta G. O. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0105, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0105. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0105>. Acesso em: 18 nov. 2024. Rovai, M. G. de O. Um livro, muitas vozes: as potencialidades de um trabalho de história oral em dimensão pública e dialógica com feminilidades trans. *História Oral*, 26(1), p. 43–61, 2023. <https://doi.org/10.51880/ho.v26i1.1318>.

chama “Gênero e Sexualidade”, em que trabalhamos masculinidades, feminismos e feminilidades, e em que convoi as meninas que entrevistei para falar com os estudantes. Criei outra disciplina, também, que se chama “Amizade, Amor e Felicidade”, porque comecei a compreender melhor os exílios dentro da Universidade, os exílios que aquelas mulheres de Osasco falavam lá atrás; as solidões de pessoas negras e LGBTQs na cidade e na Academia, coisas que a gente não trata na universidade... E acho que isso vem da minha transformação, do contato com as alteridades, compreendendo que em história oral a gente não lida com objeto, a gente lida com gente, a gente lida com sujeitos e sujeitas de suas vidas! Aliás, a Academia toda, enfim, lida com gente. Não é só a prática da história oral – a Academia toda deveria ter a consciência de que lida com gente, com pessoas que deveriam ter direito à identidade, à alteridade, à vida, à existência digna! A universidade precisa se desobjetificar e desobjetificar o outro. Precisa aprender com a diversidade, escutando, se rasgando continuamente... É preciso deixar a vida entrar...

Alessandra Izabel de Carvalho: Durante a sua fala toda, a gente percebe que ela está sendo atravessada por uma ideia de que a História funciona como uma forma de resistência política. Então, como você vê o papel do historiador na conjuntura atual, e de que maneira a História pode ser usada como uma ferramenta de transformação social?

Marta Rovai: A Academia tem muitas disputas e a gente precisa ter cuidado com elas. Mas é possível compreendermos que as alianças e confluências são possíveis em torno de posicionamentos políticos em defesa de uma história pública democrática, de uma resistência coletiva contracolonial, como defendia Nego Bispo. Quando é criada a Rede Brasileira em 2011, há uma discussão em torno da questão das tecnologias digitais, da ampliação das audiências e dos diálogos públicos. Eu concordo que o uso das tecnologias digitais tem importante demais, mas acho que o meu lado Educação Básica não me abandona nunca, porque considero que a primeira forma de história pública está na sala de aula. Esses dias encontrei uma amiga no V Simpósio Internacional de História Pública, no Rio Grande do Norte. Aliny Pranto é uma professora da Federal do Rio Grande do Norte e ela me disse que esteve no evento internacional na Europa, em Luxemburgo. Segundo ela, o grupo com quem dialogou não admitia que a história pública fosse pensada como uma aliada do ensino de História. Afirmavam que história pública é uma coisa, e ensino é outra, porque o argumento é que docentes da Educação Básica não conseguiriam alcançar o debate da Academia. Há nessa visão uma hierarquia da docência entre as instituições, o que nos deixou, ambas, indignadas! Penso

que o primeiro momento em que podemos compreender com uma história pública no seu sentido organizado, sistematizado, é com as aulas de História. Isso não quer dizer que todo professor ou professora da Educação Básica faz história pública, porque há preceitos democráticos que nem sempre estão presentes em uma aula. A história pública tem a ver com dialogismo, submissão ao debate público, respeito à democracia, respeito à ciência, produção e difusão de um conhecimento apropriado coletivamente. Se nós não estivermos com esses elementos, para mim não há produção de história pública. Eu posso fazer um podcast, sem que esteja praticando história pública. Posso fazer um filme como o Brasil Paralelo, um livro popularesco e simplista, repleto de preconceitos, como o que faz Narloch, e não quer dizer que seja história pública. A história pública também necessita de escuta, não é só a história oral. Em qualquer prática de história pública é necessário ouvir e compreender que público não é apenas audiência. Público são as pessoas que estão envolvidas em todo o processo de produção e divulgação do conhecimento. Como afirma Fernando Nicolazzi, são muitos os públicos com quem lidamos: o público que está na universidade, que está na escola, que está na internet, aquele que está nas comunidades¹⁹. Então, nós temos que levar em conta esses vários públicos se quisermos uma prática que transforme. E aí está o nosso papel como profissionais da História, que não entendo que seja o papel apenas técnico, como nas universidades estadunidenses voltadas a formar “historiadores públicos”. Ricardo Santhiago tem um artigo²⁰ em que ele discute, por exemplo, os currículos estadunidenses, voltados a uma *expertise* em museus e arquivos, por exemplo. Como ele, questiono a formação meramente técnica, pois a história pública é uma questão de escuta, é prática de afetação das coisas do mundo, um posicionamento político no mundo contra suas injustiças. E é importante que se diga que o nosso papel não é salvar ninguém! Fazer história oral, praticar uma escuta atenta, exercitar um ensino voltado ao diálogo e à ciência posicionada, não é missão e não pretende salvar ninguém! Digo sempre para os estudantes: “Não queiram salvar ninguém, não carreguem esse peso nos ombros. Nosso papel é combater, coletivamente, os preconceitos que nos assombram, as nossas práticas perversas opressoras, o que só é possível quando o conhecimento histórico é submetido ao debate público; quando questionamos

¹⁹Nicolazzi, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 203-222, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/525>. Acesso em: 14 nov. 2024.

²⁰Santhiago, Ricardo. Servir bem para servir sempre? Técnica, mercado e o ensino de história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 135-157, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/533/302>. Acesso em: 14 nov. 2024.

sobre quem somos e acerca de outros mundos possíveis. Então, nós temos hoje um excesso de informações, um excesso de contrainformações, de distorcionismos, como menciona Mariana Joffily – e eu gosto desse termo dela²¹. Ela afirma que nós não temos negacionismos, nós temos distorções perigosas, porque grupos conservadores e reacionários produzem outras verdades, distorcidas, antidemocráticas. E nós estamos nesse cenário do excesso digital, com o qual acho que a gente não tem condições de concorrer. Considero que não se trata de concorrer, mas de atuar naquilo que podemos, onde podemos estar, dialogando e sendo orientados pela ciência comprometida com a vida diversa, humana e não humana. Eu lembro na década de 1980, quando acabou a ditadura, a discussão era: “Meu Deus, como vamos concorrer com a televisão?” Essa era a discussão das reuniões lá nas organizações de docentes da Educação Básica. “Como vamos concorrer com a televisão?”... Hoje a nossa discussão é como é que a gente vai lidar com a questão virtual, e parece que quem não sabe mexer com as tecnologias digitais não pode resistir, não pode transformar o conhecimento e o ensino de História. Penso que vamos lidar dentro daquilo que nós sabemos e podemos fazer! Ainda sou uma pessoa do analógico, não sou do digital. Sou uma negação para o digital. Isso significa que não vou produzir história pública, não vou trabalhar processos dialógicos, não vou produzir escuta, que não vou contribuir para produzir presença no mundo? O nosso papel é contribuir para produzir presença no mundo. E isso não é pouco!... Quando estamos registrando um texto de alguém que olhou nos nossos olhos e confiou em nós; quando produzimos processos participativos nas pesquisas e em sala de aula, mediamos relações de confiança e de respeito a identidades; questionamos ausências nas narrativas canônicas e combatemos histórias opressoras. Essa, talvez, seja a nossa responsabilidade: pensar no impacto que as diferentes narrativas – orais ou não - promoverão na valorização da vida, da dignidade humana; na provocação de colegas que trabalham de outro jeito, na provocação da universidade e da escola. Mas isso é processo coletivo. Considero que o nosso papel é esse, nunca ignorar, nunca virar de costas para as histórias que escutamos. Penso sempre no significado daquela história contada por Primo Levi, um sobrevivente do nazismo, no livro *É isto um homem?*²². Ele fala do sonho recorrente que tinha de contar às pessoas sobre a experiência em Auschwitz e de assisti-las virarem as costas

²¹Joffily, Mariana e Ramalho, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. *Tempo*, Niterói, v. 30, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/drqN6hrmpt4PP3nckRCwwFg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2024.

²²Levi, Primo. *É isto um homem?*. São Paulo: Rocco, 2013.

e irem embora, negando-se à escuta. E muitas vezes, a gente faz isso em sala de aula e em nossas pesquisas... O mundo está acontecendo na escola, na universidade, nas comunidades, nas redes sociais, e a gente vira as costas e vai embora... Eu fui embora, virei as costas uma vez naquela escola da periferia, em São Paulo, nos anos 90, porque não aguentava o peso daquele mundo; tinha medo de conhecê-lo e enfrentá-lo junto com meus alunos. Mas, na verdade, não entendia que o peso do mundo não tinha que ser carregado pelas minhas costas, sozinha. Aprendi que a gente não tem que sustentar o peso do mundo, nem ter que ir embora; a gente tem que ficar e sustentar uns aos outros, pelo conhecimento produzido e compartilhado coletivamente, e pelos vínculos afetivos que podemos construir... E ficar não tem sentido apenas físico e sim de sustentar a tensão de nossas diferenças, de nossas dores, a fim de promovermos alianças, confluências, encontros, caminhos. Somos mediadores de possibilidades! Como historiadores e historiadoras, docentes da Educação Básica ou da Universidade, nosso papel fundamental não é salvar ninguém – nem temos capacidade para algo tão complexo – mas podemos mediar diversos conhecimentos, saberes, autoridades, espaços, vozes, conflitos e resistências. E acho que nosso papel também é não desistir, não virar as costas, seja lá onde a gente estiver. E para isso, precisamos manter a escuta sensível sempre, os ouvidos abertos sempre, os “olhos de ver”, a alma aberta, rasgada sempre! Porque se a gente não rasgar a alma, não deixa entrar a vida.

Robson Laverdi: Você esteve conosco no IV Colóquio do PPGH e sua fala impactou muito por dois aspectos: a importância do afeto como constitutivo da reflexão e quando você diz “nós não somos iguais”. Como essas ideias pertencem à sua prática como docente e historiadora?

Marta Rovai: Começando pelo afeto, acho que na docência não tem como não nos afetarmos pelas existências das pessoas. Afeto no sentido da amorosidade. Lembro que Paulo Freire passou por mim na PUC em 1987 e me emocionei! Li *Pedagogia do Oprimido*²³ e *Pedagogia da Esperança*²⁴, que me impactaram profundamente, e falam desse amor, dessa amorosidade, que hoje bell hooks chama de amor político²⁵. Essa ideia do afeto também veio da minha família, porque meu pai é um português que se tornou professor aos 70 anos, com profundo amor pela educação, e minha mãe, uma portuguesa extremamente religiosa, foram fundamentais para minha formação ética. Eles nunca usaram a religião

²³ Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁴ Freire, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²⁵ Hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2019.

como ódio ao diverso. O amor pelas pessoas, que eles me ensinaram por meio de suas práticas cotidianas, me levaram para a sala de aula, onde sempre me encontrei. Desde meu primeiro dia como professora, com 20 anos, desejei que a aula fosse um momento em que as pessoas quisessem estar ali, aprendendo. Como “filha da ditadura”, que tinha medo dos professores na escola, eu sempre dizia aos alunos: “Tem que valer a pena esse encontro. A gente vai rir, vai chorar, vai dar bronca, mas estamos aqui, juntos!”. A felicidade sempre foi uma questão para mim, porque ela tem a ver com dignidade. Sempre gostei da escuta coletiva e das trocas: fazíamos saraus de poesia, música, íamos para o pátio, formávamos roda embaixo das árvores. Queria que as pessoas soubessem que o conhecimento, embora tenha sua dose de disciplina e dor, também pode ser legal de aprender. Na Academia por onde passei, muitas vezes em sua versão dura e cientificista, muitas vezes não cabia nosso afeto. Recordo do meu orientador no mestrado, uma pessoa maravilhosa, me dizendo: “Não coloque na sua dissertação nada sobre você, não interessa para a Academia saber quem você é”. Mas na história oral e no ensino democrático de História falar de nós e nos afetarmos veio com força: não se ganha confiança sem afeto, não se aprende sem afeto. E sobre não sermos iguais, aprendi isso em sala de aula também, além das pesquisas. Nas décadas de 1980 e 1990 eu reproduzia esse discurso de “todos somos iguais”, até ver o Matheus pintando as unhas, e um casal de meninos sendo punido por se beijar no pátio, ou uma menina sofrendo violência nas redes, ou uma estudante negra morrer assassinada sem que seus colegas se enlutassem por ela. Dei aula em dois extremos: numa escola de periferia no Jardim D’Abril e num colégio de classe média alta no Parque dos Príncipes, em São Paulo. Exerci a pesquisa e a docência junto a filhos de pescadores no Piauí, a meninos e meninas vindos da roça, em Minas Gerais, e para estudantes na USP. Como poderíamos ser iguais?! Prestando atenção nas relações de poder, de gênero, LGBTs e raciais, percebi que não somos iguais porque somos diferentes, e não apenas desiguais. Ser desigual é algo ruim, mas diferente é muito bom! E as pessoas não têm que entrar na história apenas pelo sofrimento, mas por sua beleza, sua luta, sua potência. A história oral pode contar histórias de felicidade, de desejo, de amor. Uma vez, andando com alunos na Estação da Luz, uma travesti se aproximou e me desafiou a abraçá-la. Dei o abraço, depois dei o beijo que ela pediu, e ela me olhou, iluminada por um sorriso que nunca esqueço: “Sabia que você ia me abraçar, porque você tem cabelo vermelho como eu”. Ali percebi quanta beleza há, não há apenas sofrimento nas pessoas; há humanidade e a possibilidade do encontro! A história oral está se transformando – saímos da história do

informante para a história do existente, da gente que fala sobre si e sobre nós. A educação também deve se transformar: não se trata de audiência e transposição, mas de um ensino público porque dialógico.

Alessandra Izabel de Carvalho: Marta, quando a gente estava pensando em entrevista, a gente sabia que ia ser muito legal, mas a gente não imaginou que ia ser tão emocionante, que ia ser uma coisa tão incrível. Então, a gente agradece muito pelo tempo que você nos dedicou e por compartilhar um pouco da sua história conosco. E para finalizar, te perguntamos se tem algo que a gente acabou não abordando e que você gostaria de deixar registrado aqui.

Marta Rovai: Não sei, gente, acho que disse tanta coisa, mas tem uma coisa que sempre gosto de registrar é que nós precisamos estar atentos à Educação Básica. Acho que não existe Academia sem pensar na educação que a gente tem produzido no seu sentido mais amplo nas escolas. As escolas me formaram e eu dedico a minha história, lógico que aos meus pais, que foram os fundadores de tudo, à minha família, aos meus filhos, ao meu esposo, que sempre participaram dessa jornada de descoberta do mundo. Mas sempre quis dedicar a minha história, também, aos estudantes e às estudantes que me acompanharam sendo meus professores da vida. Enfim, agradeço muito aos colegas com quem compartilho os sonhos e possibilidades do fazer historiográfico e da docência. Agradeço a vocês dois pela amizade e pela escuta sensível. Muito bom estar com vocês! Obrigada demais pelas oportunidades todas, que nos fazem renascer!

Artigo recebido para publicação em 12/11/2024

Aprovado em 18/11/2024.